

A ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM PORTUGAL¹

Prof. Dr. Marcelino de Sousa Lopes
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Recebido em 7 de julho de 2006

Aprovado em 26 de julho de 2006

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama do desenvolvimento histórico e das principais discussões conceituais relacionadas à animação sociocultural em Portugal
Palavras-chaves: animação sociocultural; história; pedagogia

Sociocultural animation in Portugal

This article has for purpose to present the historical development and discussions about sociocultural animation in Portugal
Key-words: sociocultural animation; history; pedagogy.

Antecedentes de Animação Sociocultural

Por antecedentes de Animação, entendemos qualquer acção com dimensão social cultural e educativa que tenha por objectivo dinamizar programas junto das populações.

Assim, esta nossa concepção de antecedentes de animação encontra ramificações nos inícios do século XX, de onde ressaltam acções e tendências, como as novas correntes pedagógicas, inspiradas em Decroly, que, na Bélgica, em 1907, fundava, em Bruxelas, a Escola para a Vida, e Maria Montessori, em Itália, com o seu movimento inovador à volta de um novo modelo educativo para a infância, que influenciaram o mundo com a prática de novas formas de educar centradas na relação da escola com a comunidade. Em Portugal a acção pedagógica das Escolas Moveis, modalidade educativa itinerante que pelo método de João de Deus procedeu a uma acção alfabetizadora em inúmeras localidades e cuja intervenção se ligava já a processos educativos não formais.

Encontramos, ainda, a existência de inúmeros prenúncios de Animação em muitas

acções dos âmbitos cultural, social e educativo, durante a vigência da primeira república portuguesa, nomeadamente através das universidades livres e universidades populares que visavam promover, essencialmente, uma acção educativa, enquadrada por uma metodologia com laivos de animação.

Destacámos, ainda como antecedentes de animação a acção meritória do movimento associativo, as sociedades de cultura e recreio, o cooperativismo, o sindicalismo, o catolicismo social e o laicismo educativo que através de acções no campo social, cultural, educativo e político promoveram um conjunto de iniciativas destinadas a levar o Homem a interagir com o outro Homem.

Convém referir que o nosso entendimento de Animação Sociocultural coincide com uma concepção definida pela UNESCO (1977) que a toma por um conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento, e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integradas. Uma Animação assim entendida, remete-nos para uma noção de participação comprometida com o processo de transformação da sociedade, com implicações de ordem económica, política, cultural e educativa.

Estes princípios que a nosso ver, definem o conceito e o âmbito contemporâneo de Animação Sociocultural, não encontram qualquer ressonância no Portugal do século XIX princípios do século XX. Todavia, encontrámos programas, acções, actividades e motivações nos campos social, cultural e educativo, que visaram consciencializar, alfabetizar, educar e levar o ser humano a uma participação comprometida com o seu desenvolvimento social e pessoal.

Origem e Evolução da Animação Sociocultural em Portugal

Não é possível identificar, de uma forma precisa, a origem da Animação em Portugal, menos ainda atribuir uma cronologia àquilo que hoje designamos como Animação. Sabemos, isso sim, que sempre houve diferentes tempos na vida das pessoas. Um tempo para o trabalho e um tempo para o não trabalho, que inclui diferentes espaços e tempos como a festa, o recreio, aquilo que, em sentido lato, podemos chamar Animação.

Consideramos ainda que devido ao facto de Portugal, ter estado sob o domínio de um regime totalitário de 1926 a 1974 (Estado Novo), onde as liberdades básicas foram suprimidas, nomeadamente: liberdade de expressão, liberdade de associação, liberdade de reunião e onde este regime autoritário projectou como política de “animação” a desanimação preconizada pela Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), onde inspirada nas suas congéneres a Alemã Kraft Durch Freud (KDF) – (“a força pela alegria”) e a Italiana Dopolavoro (“depois do trabalho”) promoveram um conjunto de acções que debaixo da sigla “alegria no trabalho” levaram a cabo acções tendentes a manipularem, intoxicar e difundir a os preceitos constitutivos da tríade do regime *Deus, Pátria e Família*.

A esta corrente situacionista opôs-se um conjunto de pessoas que inspiradas em ideologias plurais e motivações diversas de onde despontam correntes marxistas, catolicismo social, laicismo educativo... que de forma clandestina integravam nas suas metodologias de intervenção próprias de uma Animação Sociocultural que começava a emergir, sobretudo a partir de França e procurava levar as pessoas à autonomia e auto-desenvolvimento.

Esta Animação Sociocultural que intensamente começou a soprar de França através dos ventos da mudança do mítico Maio de 68 procura a assunção de cidadãos com cidadania plena conferida através de uma democracia participada e não ritualizada e calendarizada, de um voluntariado social promotor da dimensão humana assente em relações solidárias, de uma educação que ultrapassa o sentido formal e se estende à comunidade, de uma cultura ligada ao

compromisso que o homem tem com o outro homem....

Uma Animação Sociocultural assim entendida emerge entre nós obviamente a partir do 25 de Abril de 1974 e estende-se até aos nossos dias através de seis fases:

* De 1974 a 1976, assistiu-se, em Portugal, à fase revolucionária da Animação Sociocultural. Nesse período histórico, os governos provisórios e o Movimento das Forças Armadas assumem a Animação Sociocultural como método eficaz para a intervenção na comunidade, constituindo exemplos de referência a criação da Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC) e as sucessivas campanhas de dinamização cultural e Animação Cultural levadas a cabo.

* De 1977 a 1980, somos de opinião que existiu uma nova fase da Animação Sociocultural, por nós denominada como a fase Constitucionalista da Animação Sociocultural, onde toda a sua acção foi determinada por instituições que, a partir de uma lógica concentracionista, assumiram a centralidade da mesma.

* De 1981 a 1985, emergiu, em Portugal, uma fase por nós designada como Patrimonialista, caracterizada por uma intervenção centrada na preservação e recuperação do património cultural.

* De 1986 a 1990, assumiu alguma relevância uma etapa caracterizada pela passagem da Animação Sociocultural do poder central para o poder local.

* De 1991 a 1995, um novo período histórico surgiu, por nós identificado como a fase Multicultural e Intercultural, em consonância com o quarto pilar da educação, *aprender a viver juntos*, que projectou a intenção de valorizar a acção educadora do multiculturalismo.

* A última fase identificámo-la com o período que se inicia, em 1996, e nos acompanha até hoje, caracterizando-a como a fase da Globalização que conduz a Animação Sociocultural a intervir num quadro que integre e eleve o ser humano a participar nos desafios que se lhe deparam, tornando-o protagonista e promotor da sua própria autonomia.

Âmbitos de Animação Sociocultural

Falar em âmbitos de Animação Sociocultural significa ter presente a perspectiva tridimensional respeitante às suas estratégias de intervenção:

- dimensão etária: infantil, juvenil, adultos e terceira idade;
- espaço de intervenção: animação urbana, animação rural;
- pluralidades de âmbitos ligados a sectores de áreas temáticas, como sejam: a educação, o teatro, os tempos livres, a saúde, o ambiente, o turismo, a comunidade, o comércio, o trabalho...

Todos estes âmbitos implicam o recurso a um vasto conjunto de termos compostos, para designar as suas múltiplas actualizações e formas concretas de actuação: Animação socioeducativa, Animação cultural, Animação teatral, Animação dos tempos livres, Animação sociolaboral, Animação comunitária, Animação rural, Animação turística, Animação terapêutica, Animação infantil, Animação juvenil, Animação na terceira idade, Animação de adultos, Animação de grupos em situações de risco, Animação em hospitais, Animação em prisões, Animação económica, Animação comercial, Animação termal, Animação desportiva, Animação musical, Animação cinematográfica, Animação de bibliotecas, Animação de museus, Animação escolar, etc.

Para além destes, continuamente, outros termos poderão ser formados, relacionados com potenciais novos âmbitos de Animação, cuja emergência é, por sua vez, determinada por uma dinâmica social em constante mudança, que origina a permanente promoção de relações interpessoais, comunicativas, humanas, solidárias, educativas e comprometidas com o desenvolvimento e a autonomia.

Defendemos que estes âmbitos de intervenção, reflexos da acção humana, não podem ser considerados estáticos nem autónomos uns em relação aos outros, estando já consagrados

a Animação Teatral, a Animação Turística, a Animação Socioeducativa, a Animação na infância, na juventude, nos adultos, na terceira idade. Todavia há que mencionar outras modalidades, como a Animação termal, a Animação comercial, a Animação de prisões, a Animação de hospitais, a Animação comunitária, a Animação de museus, a Animação de bibliotecas, a Animação terapêutica, a Animação de rua, a Animação ambiental, na certeza que, no futuro, emergirão outros âmbitos configurados por novas realidades e necessidades sociais.

Também somos conscientes que, em matéria de âmbitos, não defendemos uma Animação “guarda-chuva” onde tudo se alberga, nem tão pouco entendemos a Animação Sociocultural como uma metodologia onde se encontram respostas para todos os males do mundo. Acreditamos, humildemente, que a Animação Sociocultural, através dos diferentes âmbitos e com a realização de programas que respondam a diagnósticos previamente elaborados e participados, constitui um método para levar as pessoas a autodesenvolverem-se e, conseqüentemente, reforçarem os laços grupais e comunitários.

Animação Sociocultural e conceitos afins

Importa aqui referir e analisar as relações da Animação Sociocultural com as áreas que a complementam, com as quais tem uma afinidade conceptual ou ainda com as áreas nas quais a Animação Sociocultural ocupa uma função central. Estas relações constituem um factor vital, na hora de intervir, e compreendem a tríade educacional formada a partir da educação formal, educação não formal e educação informal, convém referir que este conceito foi originariamente advogado por Faure no início da década de setenta.

Na educação formal, a estratégia da Animação Sociocultural é operar como um meio para motivar, complementar, articular saberes e potenciar aprendizagens envolventes. A educação não formal corresponde à esfera de actuação da Animação Sociocultural, entendida

como um conjunto de práticas que se realizam fora do espaço escolar, portanto, associada à ideia de uma educação em sentido permanente e atinente com o ciclo da vida da pessoa.

A educação informal considera a família e a comunidade como agentes educativos. Há também que ter igualmente presente a estreita ligação fundada numa relação de filiação entre a Animação Sociocultural e a Educação Popular. De referir, dada a importância para a história da Animação Sociocultural em Portugal, um conjunto de acções promovidas em diferentes âmbitos, em que, através dos métodos activos da Animação, foi possível promover a educação comunitária, educação para a saúde, educação intercultural e educação para o ócio e tempo livre.

Além destas, contemplamos ainda áreas ligadas ao código genético da Animação Sociocultural sem as quais não é possível falar em programas de Animação, como sejam, a democracia, a participação e o voluntariado.

A Animação Sociocultural liga-se a áreas nucleares e complementares que se afiguram essenciais para a sua intervenção, como é o exemplo da educação, entendida numa concepção que ultrapassa o espaço escola e se estende à vida, ao seu pulsar e onde a articulação da educação com programas de Animação procura um mundo de homens livres, solidários, conscientes, participantes e comprometidos com o seu/nosso mundo, voluntários de causas nobres e lutadores de ideias e por ideais assentes nas convicções de uma democracia que cumpra e realize os desideratos sociais, económicos, culturais, políticos e educativos. Homens educados e formados de uma forma dialógica com as pessoas e o mundo, numa valorização permanente da vida vivida em comunhão.

Uma educação que projecte, pela via da Animação, homens portadores da boa esperança, seres que possam e devam assumir a sua voz, a sua opinião, a sua vontade e que vivam no respeito pelas suas diferenças e semelhanças, sem temerem olhar para o lado, homens que sejam cidadãos com cidadania e que se expressem sem temerem os poderes

instituídos. Ser livre é assumir a liberdade de poder dizer o que se pensa de forma responsável. Uma Animação que, através dos postulados das diferentes áreas afins da Animação, leve o homem a partilhar saberes, vivências, a interagir e estabelecer relações interpessoais profícuas, lutando contra a incomunicabilidade, o medo e a mordaza.

Modelos de Formação de Animadores

Ao analisarmos os modelos de formação de Animadores Socioculturais em Portugal, impõe-se-nos que façamos uma abordagem introdutória, não só sobre alguns relevantes aspectos que se têm apresentado aos Animadores, mas também às várias problemáticas presentes na evolução histórica de uma função que existe para além de uma profissão e, enquanto profissão, possui reconhecimento social.

Contudo, o reconhecimento institucional continua a ser uma miragem. Assistiu-se ao longo de 32 anos a cíclicos debates, fóruns e discussões sobre questões que se prendem com o conferir a esta função reconhecimento oficial através da criação de uma carreira, um estatuto profissional e um quadro deontológico.

O debate tem-se ainda centrado nas seguintes questões: se a Animação é exclusiva dos Animadores, se Animação é propriedade de Animadores profissionais ou de Animadores voluntários, ou de ambos, se os profissionais e os voluntários podem cooperar entre si, se a clássica divisão entre profissionais e voluntários tem razão para existir, se o modelo de formação é exclusivamente a partir da prática, se a formação é apenas conferida a partir da teoria, se a formação é um processo que resulta do cruzamento da teoria com a prática, se a formação é realizada a partir do enfoque artístico, social e educativo ou se a formação assenta na perspectiva bidireccional e dirigida à Animação e aos Animadores.

Durante estes 32 anos (1974-2006), verificou-se em Portugal um debate ideológico em torno do estatuto do Animador, por vezes profícuo, outras estéril, mas que, no fundo, fez

acentuar divisões e clivagens muito úteis aos diferentes poderes instituídos que, assim, consideraram que a ausência de um estatuto profissional se devia aos Animadores que continuavam “entretidos “a discuti-lo sem contudo alcançarem consenso.

Ao reflectirmos sobre a evolução do Animador em Portugal e dos seus níveis formativos salientámos algumas questões que nos parecem pertinentes e que explicam o percurso de um conjunto de profissionais e voluntários que, ao longo da história da Animação Sociocultural em Portugal, tiveram reconhecimento social pela acção realizada junto das populações. Contudo, é também de realçar o cíclico adiamento do reconhecimento institucional da profissão de Animador.

As notas que em nossa opinião importam ainda acentuar prendem-se com o seguinte:

- a mudança qualitativa da formação: de uma formação eminentemente prática, situada nas décadas de 70/80 evoluiu-se para uma formação teórico-prática de nível secundário (Animador técnico-profissional) e de nível superior (Animador técnico superior), a partir dos anos 90;
- nos anos 70 e 80 para a função de Animador era exigido possuir experiência no campo prático da Animação, nos anos 90 chega-se a Animador a partir de uma formação teórica auferida pelo espaço educativo formal e na maior parte das vezes sem contemplar a prática da Animação;
- os anos 70/80 é marcado por um modelo de formação de inspiração francófona de onde assume relevar os seguintes formadores: Gelpi, Limbos, Imhof, Simpson, Moulinier, Moechli, Hurstel e Besnard. A partir dos anos 90 opta-se por um modelo acentuadamente Ibérico de onde despontam nomes como: Ander-Egg, Ucar, Ventosa, Quintana, Puig, etc.

- a alteração operada em termos de sexo: de uma profissão esmagadoramente masculina nas décadas de 70/80, opera-se uma acentuada mudança a partir dos anos 90 em que se assiste a uma domínio feminino da profissão;
- mudança no campo da intervenção: de um Animador militante e polivalente, evoluiu-se para um perfil técnico de Animador centrada num âmbito específico;
- alteração de rumo ao nível formativo: de uma formação de curta e media duração evoluiu-se para uma formação centrada num percurso formativo de nível universitário.

Queremos ainda realçar a existência de Animadores, espalhados pelo espaço europeu (embora a designação não seja comum) e, embora a Europa reconheça a função social do Animador, ainda não legitimou a profissão, não se encontrando regulamentada em nenhum dos países da Comunidade Europeia.

Expressamos a importância do Animador na sociedade actual e considerámos as diferentes perspectivas formativas, estruturadas em duas correntes - corrente francófona nos anos 70/80, e corrente ibérica, a partir dos anos 90, que nos conferem visões diferentes, relativas ao perfil, à função, aos conceitos e à formação de Animadores.

Quanto ao futuro dos Animadores, da análise dos diferentes textos, concluímos que embora não existam respostas para algumas perguntas, subsistem muitas dúvidas devido ao facto de cada dia que passa aumentar o volume de contradições e desafios que se colocam aos Homens e, conseqüentemente, aos Animadores, contradições essas que resultam dos inúmeros paradoxos presentes na contemporaneidade, nomeadamente, elevadas manchas de pobreza num quadro de aparente desenvolvimento económico, muita comunicação mecânica e pouca comunicação humana, muita cultura cibernética e pouca cultura literária.

Opinamos fundamentadamente que os Animadores terão, no futuro, um crucial papel como agentes de desenvolvimento, porque não existem, segundo a nossa opinião, sistemas

sociais e políticos que possam dispensar a função do Animador. Mesmo que se caminhe para “sociedades perfeitas”, elas não podem dispensar a acção dos Animadores.

A este propósito, queremos manifestar que para nós não existem sociedades perfeitas e para aqueles que acreditam na sua existência, assumimos que necessitam e muito de Animadores. Convém referir que a noção utópica de sociedade perfeita atravessou muitas gerações e, quiçá, vai ocupar a atenção das vindouras. Contudo, os exemplos dados pelas sociedades muito desenvolvidas e geradoras de bem-estar originaram conhecidos focos de desmotivação e desinteresse, inclusive pela vida, porque dar tudo, não significa dar o essencial.

Por isso, entendemos que a função do Animador é útil nas chamadas sociedades desenvolvidas, no sentido de responderem ao alto absentismo existente, pois, a evolução mostra-nos que o bem-estar económico não tem implicação directa com uma evolução educativa, social e cultural. Assim, a intervenção dos Animadores Socioculturais revela-se muito útil para humanizar as relações, pois as chamadas sociedades desenvolvidas mostram-nos a frieza das relações: homens e mulheres que vivem, mas que não convivem, homens que se acotovelam, mas que não se olham, homens e mulheres que morrem nas estradas, cujas mortes nos entram em casa pela “famosa” caixa mágica perante a indiferença humana e onde vulgarmente a morte se confunde com espectáculo.

Acreditamos que a função do Animador, no futuro, será marcada por uma intervenção centrada em capacidades que se ligam ao acto de animar, mas que não se esgota no mesmo. De acordo com os sinais do tempo chegados até nós, perspectivamos, para o século XXI, uma intervenção levada a cabo por um Animador que vá ao encontro das pessoas e lhes restitua, ou lhes confira, sentido crítico e onde qualquer actividade ou acção levada a cabo contenha em si as dimensões sociais, culturais, educativas e políticas.

Animar constituirá agora e sempre um acto de comunicação, de interacção e promoção

da vivência a partir da convivência, da acção com reflexão, e isto comporta formas inovadoras nos planos social, cultural, educativo e político. Impõe-se, contudo, que o Animador, se quiser vencer o desafio do futuro, reflecta sobre os Animadores do passado, não repetindo os mesmos erros, isto é, deve agir tendo em conta que a Animação é mais que os Animadores, assim como a medicina é mais que os médicos e a educação é mais que os professores.

Deve ter presente que não detém o primado nem o monopólio da Animação, deve interagir com o Animador voluntário e ver nele não um potencial inimigo, mas sim um grande aliado para a intervenção. Deve ainda ter em boa conta que ser Animador é ter a Animação como um método, que se apoia numa tecnologia educativa que serve para intervir em diversos domínios, mas tendo como finalidade aquilo que é mais importante no mundo, as pessoas.

Somos ainda de opinião que a formação de Animadores deve ter presente um conjunto de princípios, de conhecimentos e de práticas de que se destacam: *ser* animador tem obrigatoriamente de ter presente a ética e a deontologia profissional; o seu perfil profissional, deve possuir um quadro teórico sólido, isto é, formar para *o saber*.

Importa que esta formação tenha como referência, igualmente, a especificidade da função, não um saber pelo saber, mas um saber que se liga a todos os problemas que afectam o ser, a nossa condição de vida em grupo, as relações interpessoais, em suma, um saber que eleve a dimensão humana do Animador.

Quando se ministra formação na área das técnicas e recursos para a Animação, isto é, para o *saber fazer*, é necessário ter presente, por exemplo, que o teatro na formação de um Animador não tem como preocupação central o produto espectáculo teatral, mas sim o processo da criação, vivido a nível grupal, constituindo o teatro um processo dinâmico que promove nas pessoas o encontro, a interacção, a partilha de afectos, a criatividade, a expressividade humana, a superação de medos, inibições, bloqueios, que conduz as pessoas a

viverem de forma livre e responsável.

É obvio que esta dimensão do teatro não pode ser dada pelo convencional encenador, que apenas se centra na estética e no produto; o mesmo se passa com a função da música, da expressão plástica, expressão motora, etc. Quando se ministra formação nas áreas metodológicas, em Animação Sociocultural, é necessário contemplar uma metodologia plural, holística e ligada à investigação/ acção/ participação.

É imprescindível uma formação que leve o Animador a valorizar o quarto pilar da educação que é *o aprender a viver juntos* (como tivemos oportunidade de referir) já que vivemos num tempo marcado pela resistência à vida em grupo. Assim, é imprescindível a valorização das sociedades multiculturais, a riqueza daquilo que não é consensual, o direito à diferença, a promoção do diálogo humano em vez da linguagem mecânica.

Em síntese, importa relevar um modelo formativo assente em dois eixos: Animação e Animadores. Assumimos a defesa de uma formação para a Animação como um processo dirigido, essencialmente, para um público diferenciado e de diferentes formações que podem ir de professores de matemática, português, história ou bibliotecários, arquivistas, técnicos de museus..., constituindo a formação, uma metodologia e uma tecnologia ao serviço de outras áreas, visando conferir atitudes motivacionais no sentido de auxiliarem estes profissionais a encontrarem estratégias que promovam, junto do público-alvo, a participação, o sucesso educativo.

É que a Animação como método activo e vivo tem como princípio fundamental animar as aprendizagens através de fóruns de discussão, tornar os espaços vivos, transformando os livros armazenados em prateleiras, em histórias vivas com muitas vidas cheias de expressividade, transformando museus, sem vida, em espaços de cultura viva. Uma formação para a Animação requer um currículo centrado em conteúdos, técnicas e recursos para a acção da Animação e destina-se à obtenção de graus académicos ao nível de pós

graduações, mestrados e doutoramentos.

O Futuro da Animação Sociocultural

Na actualidade a Animação Sociocultural, em Portugal, e em diferentes contextos do mundo, encontra-se num estágio de evolução cuja complexidade importa reflectir mediante um discurso que revele a validade e a imprescindibilidade sociais da sua actuação.

Este dever imperioso inscreve-se numa cidadania activa que urge desenvolver face aos muitos problemas existentes na sociedade portuguesa e que nunca é demais recordar:

- desintegração humana: social, cultural, familiar, política, educativa;
- debilidade dos movimentos sociais, nomeadamente: associações, sindicatos, organizações populares de base, que num passado recente, respondiam às insuficiências do poder;
- democracia calendarizada, ritualizada e desligada do sentido da vida quotidiana e cada vez mais ligada a um sistema partidocrático fracturante e leitor de uma realidade parcial;
- delegação representativa em vez de participação assumida pela via do compromisso social;
- gestão cultural do produto em vez da cultura do processo;
- visão multicultural e intercultural desligada de uma valorização educativa cada vez mais associada a fenómenos de exclusão;
- desigualdades sociais geradoras de injustiças gritantes, onde há pensionistas a auferirem mais de 18.000 euros e outros a viverem com uns míseros 150 euros;
- ausência de uma cultura da vivência e da convivência, predominando uma “cultura” virtual alienante, desfasada da vida e assente no virtual, onde as pessoas vivem a partir da vida dos outros;

- comunicação mecânica, onde se fala a partir do telemóvel, da Internet, impedindo a pessoa do diálogo humano;
- consumismo irracional, revelador de um símbolo assente no primado do ter em relação ao ser;
- dependência de fármacos, nomeadamente antidepressivos, geradores de dependências psicossomáticas, devido à ausência de programas de Animação Sociocultural fomentadores de convívio e promotores de uma vida com sentido;
- desintegração do meio rural e grande concentração humana na faixa litoral do território, provocando desequilíbrios ambientais, culturais, sociais;
- desagregação do sector primário e debilidade do sector produtivo secundário, originando uma concentração de recursos humanos na área dos serviços, causadora de desajustes no tecido social;
- apologia do passatempo e do “mata tempo” no centro comercial, segundo os ritmos da “cultura do Shopping”, onde se vai para ver e comprar o que se precisa, mas também o que se não necessita e, onde se assiste a um movimento de pessoas sem laços humanos e à exclusão social entre os que vêm e os que compram.

Ao reflectirmos sobre o futuro da Animação Sociocultural, em Portugal, estranha e preocupadamente temos a noção do paralelismo entre o que existe na actualidade e o que esteve na origem da Animação Sociocultural e, então, lembramo-nos das marcas trazidas pela história e que são, entre outras: o problema do êxodo rural e os respectivos problemas de integração, os problemas associados à comunicação interpessoal e a necessidade de promover programas que valorizem a inter relação humana, o problema do défice de participação e a necessidade de promover programas de Animação Sociocultural, tendo em vista o fomento de uma participação comprometida com o desenvolvimento e a autonomia das pessoas.

Não somos defensores das teorias transmissoras da ideia de que a história se repete,

contudo, somos crentes do princípio que, embora a história seja irrepetível, existem problemas no seio das comunidades que só podem ser superados pela acção solidária de laços comunitários.

Entendemos que o futuro da Animação Sociocultural exige responder aos inúmeros desafios da desertificação rural, grande densidade urbana, focos de marginalidade, grupos com necessidades educativas especiais, animação do tempo livre e do tempo de ócio de crianças, jovens, adultos, terceira idade; uma animação que responda, ainda, à articulação dos espaços educativos formais, não formais e informais.

Uma Animação Sociocultural que leve o ser humano a libertar-se e a descobrir o seu próprio caminho e sem ninguém lhe dizer *vem por aqui*.

Dados do autor

Marcelino de Sousa Lopes é professor da Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro e doutor em Pedagogia pela Universidade Pontifícia de Salamanca, com a tese *Animação Sociocultural em Portugal – perspectiva histórica de 1974 a 1999*. Possui larga experiência de atuação em formações profissionais e como dirigentes de grupos culturais. E-mail para contato: marcelinoslopes@sapo.pt

¹. Artigo baseado no livro “Animação sociocultural em Portugal”, de Marcelino de Sousa Lopes